



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 122/2020

CÂMARA MUNICIPAL
DE MURIAÉ

PROTOCOLO SOB Nº 144

DATA: 04/08/2020

HORA: 16:54

Altera dispositivos da Lei Complementar 5.915, de 02 de dezembro de 2019 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MURIAÉ

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Passa o *caput* do artigo 28, da Lei Complementar n.º 5.915, de 02 de dezembro 2019, a ter a seguinte redação:

“Art. 28 – O COMUPLAN contará com membros titulares e seus respectivos suplentes, conforme a seguinte:”

Art. 2º Acrescenta o inciso XVIII ao artigo 28 da Lei Complementar n.º 5.915, de 02 de dezembro de 2019:


“Art. 28 - (...)

(...) ”

XVIII – 01 (um) representante do Demuttran – Departamento Municipal de Transporte e Trânsito, indicado pelo Executivo Municipal e seu respectivo suplente.”

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Muriaé-MG, 04 de agosto de 2020.


IOANNIS KONSTANTINOS GRAMMATIKOPOULOS
Prefeito Municipal de Muriaé



MUNICÍPIO DE MURIAÉ
GABINETE DO PREFEITO

Muriaé-MG, 04 de agosto de 2020.

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Saudações. É com imensa satisfação, nos termos das disposições legais vigentes e com fulcro no artigo 80 da Lei Orgânica do Município de Muriaé, que encaminho o presente projeto de Lei Complementar a esta Augusta Casa Legislativa para que seja apreciado, discutido e votado em caráter de urgência, com a seguinte:

JUSTIFICATIVA

Trata-se de Projeto de Lei Complementar que tem como objeto a alteração de dispositivos da Lei Complementar n.º 5.915, de 02 de dezembro de 2019.

A referida modificação tem, por fim, atender à questão que fora apreciada na reunião do COMUPLAN – conselho municipal de planejamento ambiental e urbano, realizada na data de 30 de julho de 2020 – conforme ata que segue anexa – para alterar o quantitativo de membros do conselho com a inclusão de um representante do demuttran – departamento municipal de trânsito, mediante indicação do executivo municipal e seu respectivo suplente.

É cediço que o demuttran – departamento municipal de trânsito é órgão integrado ao SNT, por isso, deve opinar sobre os acessos viários, matéria de suma importância na tomada de decisões das políticas urbanísticas a serem adotadas pelo conselho municipal de planejamento ambiental e urbano – COMUPLAN.

Por entender que tais medidas vão ao encontro dos objetivos do conselho municipal de planejamento ambiental e urbano – COMUPLAN, a aprovação da proposta é o atingimento de mais um degrau em direção à gestão eficiente, razão pela qual se justifica e recomenda a aprovação do projeto pelo poder legislativo.

Ante o exposto, e na certeza de contarmos com a costumeira atenção do ilustre Presidente, renovo meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

IOANNIS KONSTANTINOS GRAMMATIKOPOULOS
Prefeito Municipal de Muriaé

Exmo. Sr.
CARLOS DELFIM SOARES RIBEIRO
DD. Presidente da Câmara Municipal



MUNICÍPIO DE MURIAÉ

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL URBANO

REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL URBANO - COMUPLAN

Aos 30 dias do mês de julho de 2020, às 09h52min, na Unidade Integrada de Cidadania e Ação - UNICA foi realizada a Reunião do Conselho Municipal de Planejamento Ambiental Urbano, instituído pela Lei Municipal nº 5.915 de 02 de dezembro de 2019, presentes os membros: Jorge Feres Filho, Presidente do Conselho; Nilo de Oliveira Campos, representante da Secretaria de Obras Públicas; Lucas Dutra de Melo e Mayara de Souza Pessoa, representantes da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente; Reginaldo de Souza Roriz, representante do Poder Legislativo Municipal; Fernando de Freitas Alvarenga, representante do Setor Popular; Cintia Nobre de Almeida Justi, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; Flávia de Melo Neves, representante da Fundação de Cultura e Artes de Muriaé – FUNDARTE; Livia Maria de S. Almeida Coura, representante da Instituição de Ensino Superior da Região – Unifaminas; Júlio César de Andrade Ribeiro, representante da Associação Muriaeense de Engenheiros e Arquitetos – AMEA; José Márcio de Oliveira Barros, representante da 36ª Subseção da Ordem dos Advogados – OAB/Muriaé; Emerson Ataíde Melo de Souza, representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/MG, presentes ainda: Dr. Fábio Rodrigues Lauriano, Promotor de Justiça; Dr. Ricardo Resende Bersan, Procurador Municipal; Antônio Pedro de Carvalho Nogueira, Departamento Municipal de Transportes e Trânsito – DEMUTTRAN; Júlio César Simbra, Poder Legislativo Municipal; Mauro Francisco de Aquino e Wanessa Fernandes Damião Silva, Secretaria Municipal de Arquitetura de Urbanismo; Geraldo Lúcio, Pedro Paulo Rodrigues de Souza e Maita Andrade Machado, representantes da empresa Lumar Administração e Participações LTDA. A reunião foi iniciada pelo Presidente do Conselho, Sr. Jorge Feres Filho, que falou, resumidamente, sobre o tópico da pauta referente a presente reunião. Antes de adentrar nos processos de regularização, o Sr. Jorge Feres falou sobre o projeto de substituição da empresa Lumar, referente ao Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, aprovado na reunião de março deste ano. Foi dito que esta apresentação está sendo feito por se de uma exigência do Plano Diretor, por se tratar de um processo objeto de EIV, e que a substituição atende a todos os requisitos exigidos pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente. Foi passada a palavra à Wanessa, membro da Secretaria, para que fizesse as explanações iniciais acerca do processo. Trata-se do Processo n.º 5.523/2020, o processo a princípio foi aprovado com uma área de 11.891,79 m² e com a substituição, passará a 14.957 m², tendo um acréscimo de 3.065,21 m². As alterações foram nos layouts das lojas, acresceu andar, mas houve um entendimento por parte da Procuradoria do Município de que não houve uma mudança no tipo, por isso a não necessidade de um novo EIV. Durante a locação deste projeto, foi observado um decréscimo de área de 60 m², sendo apresentada uma retificação de croqui que está sendo analisado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente. Ressaltou



MUNICÍPIO DE MURIAÉ

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL URBANO

que não infringe os parâmetros urbanísticos, mantendo os afastamentos frontais, o afastamento posterior, dentre outros. Foi passada a palavra aos representantes da empresa Lumar. A Sra. Maita Machado disse que, em decorrência às necessidades detectadas pelo proprietário do empreendimento, houve o acréscimo, mas ainda muito inferior ao que poderia ser edificado. Passada a palavra ao Sr. Jorge Feres, deu oportunidade aos membros para que fizessem perguntas sobre o processo. Nada foi questionado. O Sr. Jorge, então, passou a palavra ao Dr. Fábio Lauriano. Tendo a palavra, Dr. Fábio apresentou-se aos membros, agradeceu ao convite e que quer fazer parte de todas as reuniões futuras, ressaltou a importância das regularizações, por meio do Conselho e compensações aos que edificaram em divergência às normas municipais. Ressaltou ainda, a necessidade de uma atuação conjunta entre o Conselho, Prefeitura e Ministério Público. Passada a palavra ao Sr. Jorge Feres, primeiramente, agradeceu as palavras do Dr. Fábio e destacando a importância da presença de um membro do Ministério Público nas reuniões do Conselho. Foi passada a palavra a Sra. Wanessa, dando início a análise dos processos para regularização. O primeiro processo a ser analisado trata-se de processo de N° 3757/2020, solicitante **VR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, Rua Professor Carvalho, 37, São Francisco, acréscimo construído sem alvará de construção. Conforme vistoria realizada no dia 06 de julho 2020, pelo Secretário adjunto Nilo Campos, o levantamento apresentado está conforme a edificação vistoriada. Os parâmetros urbanísticos infringidos foram o afastamento frontal, afastamento lateral mínimo e os parâmetros atendidos foram taxa de ocupação o coeficiente de aproveitamento, o afastamento posterior e o número de vagas. O RT declara que as obras referentes a esta edificação foram iniciadas anteriormente à publicação da Lei n.º 5.836/19, apresentando notas fiscais devidamente datadas. Foram apresentados todos os documentos relacionados ao art. 4º da Lei n.º 5.836/2019, inclusive o Termo de Responsabilidade pela estabilidade da estrutura, instalações, sistema de esgoto, higiene e habitabilidade/ocupação assinado por profissional habilitado. Diante do exposto, foi feito o encaminhamento dos autos ao Conselho Municipal de Planejamento Ambiental Urbano – COMUPLAN para análise e, se for o caso, aprovação deste Relatório e da Regularização da Edificação, que se encontra apto à aprovação mediante a compensação. Foi lida uma nota de esclarecimento acostada aos autos pelos requerentes, onde explica o enquadramento da edificação no tipo de edificação TE-4. Passada a palavra ao Sr. Jorge Feres, dando a oportunidade aos membros para algum comentário, sendo, posteriormente, feita a deliberação. Não houve questionamentos. Aprovado com compensação. O próximo processo a ser apresentado, trata-se do de n.º 6682/20, solicitante **ESCOLA ESTADUAL JOAO ALVES BITENCOURT SOBRINHO**, localizada na Rua projetada, 90, Quadra A, acréscimo construído sem alvará de construção. Esta escola está localizada no distrito de Bom Jesus. Conforme vistoria realizada no dia 21 de julho de 2020, pelo Fiscal de Obras Leonardo da Silva Brazil, o levantamento apresentado está conforme a edificação vistoriada. Os parâmetros urbanísticos infringidos foram o afastamento frontal mínimo, afastamento posterior mínimo, afastamento lateral e o número de vagas de garagem. O RT declara que as obras referentes a esta edificação



MUNICÍPIO DE MURIAÉ

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL URBANO

foram iniciadas anteriormente à publicação da Lei n.º 5.441/17, apresentando licença de fiscalização e funcionamento, devidamente datada. Foram apresentados todos os documentos relacionados no **art. 4º da Lei n.º 5.836/2019**, inclusive o Termo de Responsabilidade pela estabilidade da estrutura, instalações, sistema de esgoto, higiene e habitabilidade/ocupação assinado por profissional habilitado. Diante do exposto, foi feito o encaminhamento dos autos ao Conselho Municipal de Planejamento Ambiental Urbano – **COMUPLAN** para análise e, se for o caso, aprovação deste Relatório e da Regularização da Edificação, que se encontra apto à aprovação sem compensação. Aprovado sem compensação. O próximo processo a ser analisado, trata-se do de n.º 1.732/2020, solicitante **JOZELIA CARDOZO DE MELO VARELLA**, localizada na Rua Avenida Francisco Dornelas, S/N, Dornelas, construído sem alvará de construção. Conforme vistoria realizada no dia 12 de Maio de 2020, pelo Fiscal de Obras Leonardo da Silva Brazil, o levantamento apresentado está conforme a edificação vistoriada. Os parâmetros infringidos foram o afastamento frontal e posterior mínimo. O RT declara que as obras referentes a esta edificação foram iniciadas anteriormente à publicação da Lei n.º 5.836/19, apresentando notas fiscais devidamente datadas. Contudo, o mesmo não apresenta comprovação que a edificação estava concluída anterior a 2017, foi apresentada uma nota fiscal de 2017, entretanto, em nenhum momento foi possível constatar que a edificação está concluída. Foram apresentados todos os documentos relacionados no **art. 4º da Lei n.º 5.836/2019**, inclusive o Termo de Responsabilidade pela estabilidade da estrutura, instalações, sistema de esgoto, higiene e habitabilidade/ocupação assinado por profissional habilitado. Mediante o **art. 2º, parágrafo III, §1º** concomitantemente ao processo de edificação, estará sendo analisado, inclusive, o processo de atualização cadastral do terreno. Porém, só emitiremos os documentos da edificação, após aprovação do projeto de atualização cadastral do terreno onde está implantada esta edificação que se requer o posicionamento do **COMUPLAN**, para análise e, se for o caso, aprovação deste Relatório e da Regularização da Edificação, que se encontra apto à aprovação mediante a compensação. Aprovado com compensação. O próximo processo a ser analisado, trata-se do de n.º 42.620/19, solicitante **GABRIELA CARVALHO DA SILVA E FILHOS**, localizada na Rua Alexandre Barroca, 73, São Francisco, construído sem alvará de construção. Conforme vistoria realizada no dia 07 de Janeiro de 2020, pelo Fiscal de Obras Leonardo da Silva Brazil, o levantamento apresentado está conforme a edificação vistoriada. Os parâmetros infringidos foram afastamento frontal mínimo e as vagas de garagem. O RT declara que as obras referentes a esta edificação foram iniciadas anteriormente à publicação da Lei n.º 5.441/17, anexando a documentação da edificação devidamente datada, inclusive uma foto via satélite. Foram apresentados todos os documentos relacionados no **art. 4º da Lei n.º 5.836/2019**, inclusive o Termo de Responsabilidade pela estabilidade da estrutura, instalações, sistema de esgoto, higiene e habitabilidade/ocupação assinado por profissional habilitado. Diante do exposto, foi feito o encaminhamento dos autos ao Conselho Municipal de Planejamento Ambiental Urbano – **COMUPLAN** para análise e, se for o caso, aprovação deste Relatório e da Regularização da Edificação, que se encontra apto à aprovação sem a



MUNICÍPIO DE MURIAÉ

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL URBANO

compensação. Aprovado sem compensação. O próximo processo para análise, trata-se do de n.º 35.975/19, solicitante **WEC EMPREENDIMENTOS CONSTRUÇÕES E TRANS.**, localizada na Rua Maria da Glória Costa (ex Rua A), 51, lote 8, quadra C, Cardoso de Melo, construído sem alvará de construção. Informo que, conforme vistoria realizada no dia 07 de julho de 2020, pelo Fiscal de Obras Leonardo da Silva Brazil, o levantamento apresentado está conforme a edificação vistoriada. Os parâmetros urbanísticos infringidos foram taxa de ocupação e o afastamento frontal. O RT declara que as obras referentes a esta edificação foram iniciadas anteriormente à publicação da Lei n.º 5.836/19, apresentando notas fiscais devidamente datadas. Contudo, o acabamento da edificação não está concluso. Foram apresentados todos os documentos relacionados no **Art. 4º da Lei n.º 5.836/2019**, inclusive o Termo de Responsabilidade pela estabilidade da estrutura, instalações, sistema de esgoto, higiene e habitabilidade/ocupação assinado por profissional habilitado. Diante do exposto, foi feito o encaminhamento dos autos ao Conselho Municipal de Planejamento Ambiental Urbano – **COMUPLAN** para análise e, se for o caso, aprovação deste Relatório e da Regularização da Edificação, que se encontra apto à aprovação mediante a compensação. Aprovado com compensação. O próximo processo para análise, trata-se do n.º 25.058/19, solicitante **MARCELO DE FREITAS RABELO**, localizada na Rua Av. Vicente Alves, n.º 116, Prefeito Hélio Araújo, acréscimo construído sem alvará de construção. Informo que, conforme vistoria realizada no dia 09 de junho de 2020, pelo Fiscal de Obras Leonardo da Silva Brazil, o levantamento apresentado está conforme a edificação vistoriada. Os parâmetros urbanísticos infringidos foram taxa de ocupação, afastamento frontal, lateral e posterior. O RT declara que as obras referentes a esta edificação foram iniciadas anteriormente à publicação da Lei n.º 5.836/19, anexando notas fiscais eletrônicas devidamente datadas. Contudo, o acabamento da edificação na parte comercial não está concluso. Foram apresentados todos os documentos relacionados no **art. 4º da Lei n.º 5.836/2019**, inclusive o Termo de Responsabilidade pela estabilidade da estrutura, instalações, sistema de esgoto, higiene e habitabilidade/ocupação assinado por profissional habilitado. Diante do exposto, foi feito o encaminhamento dos autos ao Conselho Municipal de Planejamento Ambiental Urbano – **COMUPLAN** para análise e, se for o caso, aprovação deste Relatório e da Regularização da Edificação, que se encontra apto à aprovação mediante a compensação. Aprovado com compensação. Foi passada a palavra ao Sr. Jorge Feres, que explicou aos membros como é feita a medida da compensação paga pelos requerentes. Foi tido que essas compensações são em relação às infrações urbanísticas existentes, sendo o valor cobrado referente aos padrões infringidos e ao quão infringidos foram, sendo o valor calculado com relação à metragem quadrada da infração e pelo valor venal do terreno. Desta forma, há certa justiça nas cobranças feitas. Passada a palavra ao Dr. Fábio Lauriano, disse que os valores cobrados ainda são insuficientes tendo em vista o retorno financeiro que o requerente adquiriu em relação à infração cometida, como exemplo a construção de um pavimento em desconformidade com as normas. Disse ainda que a intenção de aumentar os valores não tem como finalidade prejudicar os construtores, buscando uma forma de definir as penalidades de forma



MUNICÍPIO DE MURIAÉ

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL URBANO

gradativa, sendo os valores mais altos àqueles que possuem um maior poder aquisitivo, a fim de não prejudicar os que não possuem condições financeiras para tal. Passada a palavra a Sra. Wanessa, passou a apresentar os processos apresentados na última reunião pelo whatsapp, mas que tiveram equívocos no momento da votação. O primeiro processo foi o do Sr. José Herme Vianelli, processo n.º 41.653/19, localizado à Rua Capitão William da Costa Pereira, 300, Porto Belo, acréscimo construído sem alvará de construção. Conforme vistoria realizada no dia 07 de Janeiro de 2020, pelo Fiscal de Obras Leonardo da Silva Brazil, o levantamento apresentado está conforme a edificação vistoriada. O parâmetro urbanístico infringido foi a ausência de vaga de garagem. O RT declara que as obras referentes a esta edificação foram iniciadas anteriormente à publicação da Lei n.º 5.836/19, anexando foto da edificação via satélite devidamente datadas. Foram apresentados todos os documentos relacionados no **art. 4º da Lei n.º 5.836/2019**, inclusive o Termo de Responsabilidade pela estabilidade da estrutura, instalações, sistema de esgoto, higiene e habitabilidade/ocupação assinado por profissional habilitado. Diante do exposto, foi feito o encaminhamento dos autos ao Conselho Municipal de Planejamento Ambiental Urbano – **COMUPLAN** para análise e, se for o caso, aprovação deste Relatório e da Regularização da Edificação, que se encontra apto à aprovação mediante a compensação. Aprovado com compensação. O próximo processo foi o de n.º 34118/18, solicitante **JOÃO JOSÉ DE FREITAS**, localizada na Rua projetada, 90, Quadra A, acréscimo construído sem alvará de construção. Conforme vistoria realizada no dia 05 de julho de 2019, pelo Fiscal de Obras Leonardo da Silva Brazil, o levantamento apresentado está conforme a edificação vistoriada. O único parâmetro urbanístico infringido foi o afastamento frontal mínimo, não atendido. O RT declara que as obras referentes a esta edificação foram iniciadas anteriormente à publicação da Lei n.º 5.836/19, apresentando notas fiscais devidamente datadas. Apesar de o processo ser de 2018, só houve a comprovação é apenas com relação à anterioridade da Lei n.º 5.836/19, não foi comprovada a existência anterior à Lei n.º 5.441/17. Foram apresentados todos os documentos relacionados no **Art. 4º da Lei n.º 5.836/2019**, inclusive o Termo de Responsabilidade pela estabilidade da estrutura, instalações, sistema de esgoto, higiene e habitabilidade/ocupação assinado por profissional habilitado. Diante do exposto, foi feito o encaminhamento dos autos ao Conselho Municipal de Planejamento Ambiental Urbano – **COMUPLAN** para análise e, se for o caso, aprovação deste Relatório e da Regularização da Edificação, que se encontra apto à aprovação mediante a compensação. Aprovado com compensação. O próximo foi o processo n.º 2.160/20, solicitante **SOUZA E ALMEIDA INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA**, localizada na Rua Capitão William da Costa Pereira (loteamento Porto Belo), N°180, acréscimo construído sem alvará de construção. Conforme vistoria realizada no dia 22 de maio de 2020, pelo Fiscal de Obras Leonardo da Silva Brazil, o levantamento apresentado está conforme a edificação vistoriada. O parâmetro urbanístico infringido foi a taxa de ocupação. O RT declara que as obras referentes a esta edificação foram iniciadas anteriormente à publicação da Lei n.º 5.836/19, anexando notas fiscais eletrônicas devidamente datadas. Foram apresentados todos os documentos relacionados no **art. 4º da Lei n.º 5.836/2019**, inclusive o Termo



MUNICÍPIO DE MURIAÉ

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL URBANO

de Responsabilidade pela estabilidade da estrutura, instalações, sistema de esgoto, higiene e habitabilidade/ocupação assinado por profissional habilitado. Diante do exposto, foi feito o encaminhamento dos autos ao Conselho Municipal de Planejamento Ambiental Urbano – **COMUPLAN** para análise e, se for o caso, aprovação deste Relatório e da Regularização da Edificação, que se encontra apto à aprovação mediante a compensação. Aprovado com compensação. Por fim, foi apresentado o processo referente ao campo no bairro Joanópolis, apresentado pelo Sr. Jorge Feres. Esse processo trata-se de uma edificação sem comprovação de existência, sendo necessária uma reforma nesta edificação já havendo recurso próprio para tal. Então, para legitimar a edificação é necessária a aprovação pelos membros do conselho. Aprovado sem compensação. Foi passada a palavra ao Dr. Ricardo Bersan, Procurador Municipal, que solicitou a autorização dos membros para incluir novos assuntos à pauta do dia, assuntos estes que podem ser de interesse do conselho. Foi-lhe concedida a autorização. A primeira foi sobre a composição do Conselho, em análise ao Plano Diretor, onde há a definição dos membros, foi constatada a ausência de representantes do departamento de trânsito, muito embora de o Sr. Antônio Pedro, engenheiro do DEMUTTRAN, estar presente na maioria das reuniões, mesmo sem direito a voto. Desta forma, foi feita a consulta aos membros sobre a possibilidade de inclusão de um membro do referido órgão ao conselho. A pauta foi posta em votação, aprovada por unanimidade. A segunda pauta proposta pelo Dr. Ricardo foi o uso e ocupação do solo. Foi dito que tanto a lei federal quanto a municipal cuidam da questão de uso e ocupação do solo com muito cuidado, sendo que qualquer alteração do zoneamento deve primeiro passar pelo conselho. Assim, com o novo Plano Diretor, há a obrigação de proceder desta forma. Entretanto, houve uma proposta de alteração do zoneamento, feita por um membro do legislativo municipal, com o objetivo de incluir o loteamento João VI como sendo de Zona Residencial – I, sendo, esta proposta apresentada ao legislativo, aprovada, e posteriormente encaminhada ao Executivo, onde foi observada a necessidade de aprovação prévia do conselho. Desta forma, o Executivo irá vetar o projeto para nova deliberação do Legislativo. Contudo, tendo em vista a pertinência da matéria, Dr. Ricardo sugeriu que fosse posta em deliberação o enquadramento do referido loteamento como sendo de ZR – I ou outro que os conselheiros julgassem mais adequado, pois, ao mesmo tempo em que se votar o veto, o Poder Legislativo irá apresentar um novo projeto de lei, desta vez, já constando na justificativa a deliberação dos membros do COMUPLAN. Passada a palavra ao Sr. Reginaldo Roriz, representante do Poder Legislativo. Primeiramente, agradeceu a oportunidade de fazer parte do conselho e disse que esta demanda partiu de um arquiteto, que, ao elaborar o projeto, percebeu que o João VI não possuía zoneamento, pedindo auxílio para solucionar a questão. O Sr. Reginaldo disse ainda que o projeto foi redigido e apresentado por ele, e que, em consulta aos moradores locais, o bairro seria mais bem atendido pelo ZR – I. Passada a palavra ao Sr. Frederico questionou se todo o bairro seria enquadrado neste zoneamento ou se haveria algum trecho com algum outro tipo. Sugeriu que na avenida principal fosse feita com um zoneamento diferente. Passada a palavra ao Sr. Jorge Feres, presidente do conselho, pondo a pauta para votação dos membros. Após as



MUNICÍPIO DE MURIAÉ

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL URBANO

257 deliberações, foi aprovada a inclusão do bairro como sendo ZR – I. Por fim, Dr. Ricardo
258 disse que o conselho ainda não possui regimento interno, desta forma, solicitou aos
259 membros a autorização para que seja apresentada uma minuta na próxima reunião para
260 deliberação, já incluindo o DEMUTTRAN. Proposta aceita pelos membros. Foi dada
261 palavra aos presentes, não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião
262 pelo Presidente, declarando às 11h28min o encerramento dos trabalhos.